

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANA TERRA PROENÇA DE PÁDUA

**A EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO:
A perspectiva do professor da rede estadual de Varginha-MG**

VARGINHA-MG
2020

ANA TERRA PROENÇA DE PÁDUA

A EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO: a perspectiva do professor da rede estadual de Varginha-MG

Trabalho apresentado como fase final do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão para a obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientadora: Dra. Santiane Arias

**VARGINHA-MG
2020**

ANA TERRA PROENÇA DE PÁDUA

A EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO: a perspectiva do professor da rede estadual de Varginha-MG

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o trabalho de conclusão do PIEPEX (TCP) apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL-MG.

Trabalho aprovado em: 15/10/2020

Profa. Dra. Santiane Arias
Instituição: ICSA/UNIFAL-MG

Profa. Dra. Ana Carolina Guerra
Instituição: ICSA/UNIFAL-MG

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Instituição: ICSA/UNIFAL-MG

RESUMO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito inalienável de todo cidadão e deve ser oferecida pelo Estado. Sendo assim, pode ser considerada um bem público. Contudo, as definições de bens públicos e seus mecanismos de preservação são colocados em discussão sempre que o Estado desonera-se de seus deveres, como vem ocorrendo de forma intensa nos últimos anos. Pautada no discurso neoliberal, a Reforma Gerencialista, em meados da década de 90, alterou o papel do Estado, valorizando sua menor participação. A partir desse período, educação pública brasileira passa por inúmeras mudanças. Mudanças relacionadas ao orçamento, à gestão, ao currículo, aos princípios pedagógicas, etc. Em seu conjunto, essa série reformas difusas acentuaram o viés mercadológico do ensino formal. É justamente no debate sobre bem público e mercado, entre o que deve ser preservado da lógica concorrencial e do lucro ou não, que surge a questão que esse trabalho busca compreender a partir da própria perspectiva dos professores da rede pública estadual de Varginha-MG. A partir de questões levantadas em questionários e entrevistas semi-estruturadas pôde-se observar que os professores percebem o sucateamento da educação pública e sua desvalorização. Ao mesmo tempo que reconhecem sua importância, papel social e responsabilidade do Estado. Por outro lado, não parecem relacionar essa desvalorização ao avanço da lógica privatista, ou seja, da educação como um produto vendável.

Palavras-chave: *Educação, bem público, neoliberalismo, escola pública.*

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Tempo de atuação como professor	23
Figura 2 - Faixa salarial dos professores respondentes	24
Figura 3 - Análise dos professores quanto à qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas	26
Figura 4 - Momentos de melhor desempenho da educação entre 1990 e 2020 na visão dos professores	27
Figura 5 - Grau de concordância dos professores com a afirmativa: “A política neoliberal brasileira tende a sucatear a educação pública a fim de facilitar a atuação do mercado”	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2.1. A educação como bem público ou como mercadoria	8
2.2. As reformas neoliberais e a Constituição cidadã	10
2.3 A escola pública em reforma(s)	15
2.3.1 <i>Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)</i>	15
2.3.2 <i>Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011)</i>	16
2.3.3 <i>Dilma Rousseff (2011-2016)</i>	17
2.3.4 <i>Michel Temer (2016-2018)</i>	19
3. METODOLOGIA	21
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6. REFERÊNCIAS	31
ANEXO I	33

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho surgiu a partir do amplo debate que desenvolveu-se nos últimos anos acerca da educação, seus cortes orçamentários, as reformas curriculares, as divisões de responsabilidade entre as unidades federativas e suas consequências. Percebeu-se que a educação vem sendo ressignificada no contexto do neoliberalismo (SHIROMA, 2018; SILVA, 2017). Sendo assim, este texto busca analisar a percepção dos professores da rede pública estadual de Varginha, sul de Minas Gerais, especialmente os do Ensino Médio, acerca dessa nova perspectiva que o mercado impõe sobre a educação.

Para tanto, foi necessário uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de contextualizar as reformas neoliberais que ao longo de vinte anos ressignificaram o papel do Estado, especialmente nas políticas econômicas e sociais. Aqui a educação assume uma posição particular, devido ao crescente interesse econômico que desperta no setor privado. Os textos sobre educação e escola pública selecionados destacam a interface entre as reformas educacionais, o Estado brasileiro reconfigurado na Constituição Federal de 1988 e os governos neoliberais. Além disso, foram realizados uma enquete com os professores da rede estadual da cidade, em que obteve-se 25 respostas, e três entrevistas semi-estruturadas.

Cabe indicar que o presente texto apresenta o resultado parcial de uma pesquisa ainda em estágio inicial. O questionário aplicado foi elaborado como uma primeira aproximação com o problema – a percepção dos professores sobre a educação e a escola pública. No questionário também buscou-se traçar o perfil socioeconômico desses profissionais, as características intrínsecas da profissão e como eles percebem, diariamente, a ressignificação da educação. As entrevistas semiestruturadas apesar do caráter ainda exploratório permitiu entender melhor algumas contradições observadas na análise do questionário.

Na intenção de demonstrar o percurso e os resultados deste estudo para o leitor, o texto foi dividido em seis seções. A primeira, esta introdução, apresenta o objeto, o problema e o estágio atual da pesquisa. A segunda realiza uma revisão bibliográfica. Esta contextualiza o tema e apresenta alguns conceitos que pretendem ajudar na sua compreensão. Os seus subtópicos buscam caracterizar a educação enquanto um bem público em contraposição à visão de mercado, explicitar as deliberações da Constituição Federal de 1988 em relação à educação e apresentar um breve resumo político de 1995 até 2018. A terceira seção expõe a metodologia empregada. O objetivo desta seção é descrever quais foram os métodos utilizados para gerar os dados e analisá-los. A quarta apresenta e analisa os dados da enquete

e das entrevistas. Por fim, as considerações finais, com uma síntese, as conclusões obtidas até o momento e algumas questões para a continuidade da pesquisa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A década de 1990 foi caracterizada pelo pensamento neoliberal, que perpassou os governos de Fernando Collor e Itamar Franco. Mas sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Estado brasileiro passa por uma Reforma Gerencialista¹ comandada por Bresser-Pereira. Nos anos 2000, durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), alguns dos princípios do modelo econômico neoliberal foram revisados, com a retomada da importância de uma agenda social para o desenvolvimento do país. O término abrupto do segundo mandato de Rousseff marcou o retorno das reformas mais alinhadas à ortodoxia neoliberal. A Emenda Constitucional 95 (EC 95)², aprovada sob comando de Michel Temer, indica claramente como as pautas sociais, como saúde e educação, seriam progressivamente colocadas de escanteio pelo Estado (SILVA, 2017; AGUIAR, 2019). Essa emenda, coloca em xeque a obrigatoriedade legal dos gastos públicos com direitos sociais, inviabilizando a melhoria da educação e saúde públicas, além de criar um sistema de precarização que poderá retirar sua universalidade (ROSSI e DWECK, 2016).

2.1. A educação como bem público ou como mercadoria

O economista Jean-Marie Harribey estabeleceu um paralelo entre os cercamentos de terras e a apropriação privada de florestas durante a Revolução Industrial na Inglaterra, e o advento da economia do conhecimento no século XXI. Isto significa que ciência, saúde, educação, informação e comunicação são hoje como solos férteis para a expansão do capital. O desenvolvimento alargado do neoliberalismo constituiu a conversão em mercadoria de bens e serviços considerados públicos durante grande parte do século XX (ARIAS, 2020).

Essa expansão não ocorre necessariamente através da privatização direta. Não é incomum que grandes bancos e empresas invistam em cultura e educação por meio de suas

¹ A Reforma Gerencialista, no Brasil, foi implantada por Bresser-Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e modificou a estrutura do Estado, alterando seu papel e suas obrigações.

² A EC95 foi aprovada em 2016, durante o governo de Michel Temer e é parte das diversas medidas neoliberais implantadas neste ano. Impõe o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, tal que não se pode gastar mais do que foi gasto no ano anterior corrigido pelo nível de inflação.

fundações. O investimento pode retornar em abatimento fiscal e uma imagem positiva, mais humana e comprometida com o coletivo. Mas essa parceria entre público e privado contém também profundas mudanças na forma de gerir esses recursos (MICHETTI, 2016).

O debate em torno dos bens públicos, comuns e mercadorias não tem conotação apenas teórica, mas igualmente política, pois demarca em uma sociedade o que deve ser preservado da lógica do mercado e, portanto, estatizado ou socializado.

Ambas noções atravessam a história do pensamento político e econômico. Mas assumem traços singulares na atualidade, com a hegemonia neoliberal. Existe uma intensa disputa entre uma visão mais minimalista, que circunscreve os bens públicos aqueles setores de pouco ou nenhum interesse ao mercado, e um entendimento mais amplo, que acentua os aspectos sociohistóricos dessa identificação. Para os críticos da visão restrita, os comuns são bens materiais e imateriais que pertencem a todos os indivíduos enquanto parte de uma coletividade determinada. O direito de todos ao uso desse patrimônio estabelece o que é público (ARIAS, 2020).

Se o comum e o público são construções atravessadas por conflitos é compreensível que variem segundo o país e a cultura considerada. Em algumas regiões o acesso à água potável, por exemplo, é causa de lutas históricas. O poder necessário para a delimitação do público e comum varia consideravelmente também de país para país.

A CF 88 estabelece a educação como um direito social inalienável e, portanto, é obrigação do Estado a promoção de forma gratuita e universal. Sendo assim, também pode ser considerada como um bem público (SILVEIRA, 2010). A discussão que tem-se sobre o bem público é colocada em teste sempre que a responsabilidade do Estado é exonerada, o que ocorreu, nos últimos anos. Um grande interesse pelas pautas da educação foram apontadas por organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que adotaram em suas agendas o interesse em garantir uma educação que permita a reprodução das condições gerais de produção, que favorecem o mercado (SHIROMA, 2018). O viés mercadológico apontado pelo FMI e pelo BM enfraqueceu a autonomia política e cada vez mais os mercados ditavam, quase que sem oposição, as regras do jogo político-econômico-social (CARNEIRO; GAMBI, 2018). Sendo assim, a financeirização da economia atingiu a forma como o Estado, a partir de suas políticas públicas, enxerga e valoriza a educação.

Se, por um lado, a educação é um bem público inalienável, e portanto não é passível de privatização direta, cabe ressaltar que há diversas maneiras de eximir o Estado de sua responsabilidade. É possível confiar a gestão sem transferir a propriedade, assim como é

possível manter a gestão e a propriedade nas mãos do Estado, mas fazer com que as esferas públicas atuem como se fossem esferas privadas, ou seja, o público segue as regras mercadológicas (MORAES, 2002).

É neste último aspecto que a educação se enquadra. Com a Reforma Gerencialista, há a delimitação das ações exclusivas e não exclusivas do Estado, nesse sentido, a educação se enquadra em não exclusiva. Sendo assim, o Estado assume a posição de avaliador, enquanto surgem diversas críticas acerca da eficiência da educação, considerada precária (SHIROMA, 2018). Há, portanto, maior abertura para a lógica do mercado atuar, ressignificando a educação, a partir da ação política, tirando proveito de discursos, da divulgação de opiniões, ideias, imagens e valores (MORAES, 2002).

É na união e no embate desses dois conceitos: a educação como bem público, obrigação do Estado e a lógica mercadológica, atuante na delimitação das políticas públicas, que surge o debate que este trabalho busca compreender, a partir da perspectiva dos próprios professores: a educação deve ser preservada e melhorada pelo Estado ou ela deve seguir o mercado, que pela lógica neoliberal, será capaz de promover a harmonia social? Para isso, mostra-se necessária a análise da conjuntura em que surge o neoliberalismo e como ele afeta as diretrizes da educação brasileira.

2.2. As reformas neoliberais e a Constituição cidadã

A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929) e a Segunda Grande Guerra Mundial (1940-1945) colocaram em causa o modelo econômico predominante nos países capitalistas e abriram uma janela de oportunidade política para estratégias não ortodoxas de recuperação econômica. Nesse caminho, John M. Keynes, economista inglês, propôs o rompimento com o livre-mercado vigente até então. O keynesianismo, nome pelo qual ficou conhecido este novo modelo, tinha como objetivo promover a manutenção do pleno emprego e a superação da crise econômica através de uma atuação forte do Estado que teria como dever promover o bem-estar social de seus cidadãos, promovendo a diminuição das desigualdades sociais. Os meios adotados para tal objetivo foram, portanto, promover educação, saúde, o combate intensivo ao desemprego e retomada econômica a partir do aumento dos gastos públicos sociais (BENEVIDES, 2011; CARNEIRO; GAMBI, 2018).

O keynesianismo obteve sucesso na superação da crise em boa parte dos países que o adotaram. Entretanto, quarenta anos depois, o liberalismo retorna com força, recolocando na ordem do dia o papel emancipador da propriedade privada e da livre concorrência.

Resumindo bastante o debate, de um lado o intervencionismo e de outro lado o novo liberalismo. Assim como o keynesianismo, o neoliberalismo encontrou sua oportunidade política numa crise econômica que marcou desta vez os anos de 1970. A partir deste momento, os programas políticos neoliberais são apresentados como receita para superação da retração da economia, centrando especialmente no montante de gastos públicos (CARNEIRO; GAMBI, 2018).

A crescente integração da economia alterou profundamente a ordem política. Isso tanto na esfera internacional como nacional. Segundo Aguiar (2019), a globalização afetou a capacidade do Estado-nação de garantir os direitos sociais prescritos constitucionalmente. Diversas e contínuas reformas (econômicas, laborais, políticas, administrativas e educacionais) foram implementadas com a justificativa de garantir a governabilidade. A orientação mais geral era a redução dos gastos estatais, requisito básico para a inserção numa economia global, altamente dinâmica e competitiva. O Estado teria tornado-se um aparelho oneroso, um peso mórbido atrasando o passo em direção ao desenvolvimento.

Em geral, os governos neoliberais alteraram profundamente as leis trabalhistas acordadas no pós-guerra; privatizaram indústrias e bancos estatais; facilitaram a abertura de capital das empresas nacionais e promoveram a desregulamentação da taxa de câmbio. Na Europa, essas políticas atingiram o Estado de bem-estar social. Na América Latina, o programa desenvolvimentista (MORAES, 2002). Em ambos os casos a alteração do modelo econômico resultou no rompimento de uma série de compromissos políticos. O sucesso desse empreendimento dependeu, em grande medida, de uma reforma da administração pública.

Na Argentina, em 1991, foi aprovada a Lei Nacional de Emprego (n. 24.013). A lei reduziu a contribuição do empregador à seguridade social; limitou o seguro desemprego e estabeleceu novas modalidades de contratação, como prestação de serviços e subcontratação. Para o governo Carlos Menem, a redução do “custo trabalho” permitiria o país superar a crise (AMORIM; ARIAS, 2009). Ainda nesse governo as empresas de telefonia, de transporte (aéreo, marítimo e ferroviário), energia, gás, água e correios foram todas privatizadas. Por um lado, a reforma do Estado permitiu a privatização de setores antes considerados estratégicos e pilares de uma nação soberana. Por outro, ela ampliou a competência do executivo federal ao mesmo tempo em que transferia para as províncias e municípios a administração das áreas da saúde e educação fundamental.

No Brasil, os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) também promoveram uma reforma do Estado com repercussões nas políticas públicas, inclusive nas políticas educacionais. Para o governo, os recursos necessários às garantias sociais eram suficientes,

faltava apenas uma melhor gestão destes. Nesse sentido, as reformas na educação enfatizaram a padronização dos currículos escolares e nos processos formativos assentados nos princípios da flexibilização, da eficiência, da eficácia, da meritocracia e da gestão de resultados.

É por isso que alguns autores problematizam a tese do enfraquecimento do Estado. O Estado mínimo, defendido de maneira geral e abstrata, não corresponderia às práticas dos governos neoliberais. Para Boito Jr. (1999, p. 23), existe “uma contradição entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície do seu discurso e que estão concentrados na apologia do mercado, e suas propostas de ação prática, que não dispensam a intervenção do Estado e preservam os monopólios”. Assim também para Aguiar (2019), a redução dos gastos referem-se especialmente aos custos sociais, pois a implementação das mudanças tem em geral alto custo e exige uma burocracia bastante ativa.

A reforma legal-burocrática coerente com os novos marcos não é o resultado de um cálculo matemático. Aqui voltamos ao problema anterior: o que deve ser bem público e, portanto, garantido pelo Estado?

Mesmo em um cenário mundial de reformas neoliberais, a Constituição Federal, promulgada em 3 de outubro de 1988, é um marco. Conhecida como Constituição-Cidadã, a Carta tem como ponto central a garantia dos direitos civis, políticos e sociais universais. Nesse sentido, a extensão do sufrágio aos analfabetos divide no texto espaço com o compromisso com a educação pública. Durante a década de 1980, o Brasil foi marcado por um cenário de intensas lutas pela educação – considerada como meio necessário à participação política efetiva e não somente instrumento de formação de mão-de-obra mais qualificada (CURY, 2018)

Portanto, de acordo com Cury (2018), a Constituição Federal de 1988 é o pacto que une os direitos individuais (civis) promovidos pelo liberalismo e os direitos sociais advindos em grande medida da luta dos trabalhadores. Esse pacto marca a configuração do Estado de bem-estar social. Como resultado de luta que envolve além de conflitos e negociações, esse bem-estar variou significativamente.

Como indicam Pinto e Ximenes (2018), a CF 88 é um avanço, mas não deixa de ser ainda um pacto assimétrico. Dito de outra forma, as forças sociais e políticas envolvidas na sua redação não tinham o mesmo peso. O texto evidencia o compromisso do Estado com a diminuição das desigualdades sociais e com a promoção da igualdade política, independente da cor, raça, sexo, idade ou origem, além de diversos outros direitos de cunho semelhante (PINTO, XIMENES, 2018).

A educação pública, cerne deste trabalho, é apresentada pela Constituição Federal a partir do Artigo 205, como um direito universal que deve ser provido pelo Estado em parceria com a família. O acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola entre 04 e 17 anos é obrigatório. Esse período escolar abrange o ensino fundamental e médio. A obrigatoriedade nos indica ao menos duas coisas. Primeiro, a responsabilidade legal do Estado no provimento gratuito desse serviço a toda população. Segundo, a importância do papel da educação formal na formação da população economicamente ativa e do cidadão³

A CF88 também foi a responsável por incumbir cada uma das esferas políticas de responsabilidades para com a educação. Neste caminho o Artigo 8º com seus parágrafos determina que a União será responsável por elaborar o³ Plano Nacional de Educação em colaboração com os estados e municípios, organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições de educação, prestar assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. É também responsável por delimitar juntamente às outras esferas de poder as diretrizes e competências da educação fundamental, objetivando uma formação básica curricular comum.

Os estados terão a competência de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; e VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem (BRASIL, 1988)

Por sua vez, os municípios serão encarregados de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988)

³ O Artigo 208 prevê que o Estado deve fornecer, também, educação para pessoas portadoras de doenças físicas e creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos (BRASIL, 1988).

A Lei nº 9394, em seu Artigo 35, também trata sobre a função que cada etapa da vida educacional do estudante deve ter. Para este artigo, a análise será apenas sobre a função do ensino médio, que tem duração mínima de 3 anos, que é:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1988)

Em relação ao financiamento da educação, de acordo com o Artigo 68 da Lei nº 9394,

I - A União deve destinar no mínimo 18% da arrecadação advinda dos impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - receita de transferências constitucionais e outras transferências; III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV - receita de incentivos fiscais; V - outros recursos previstos em lei.” Enquanto os estados e municípios devem destinar 25%, sendo considerada a receita estimada na Lei de Orçamento Anual (LOA) (BRASIL, 1988).

O orçamento recebido anualmente, por sua vez, deverá destinar-se, de acordo com o Artigo 70 ao pagamento dos docentes, compra, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários ao ensino, aquisição de material didático escolar e manutenção de programas de transporte escolar. Além da concessão de bolsas de estudos aos alunos (BRASIL, 1988).

Uma Carta como essa dificilmente seria aprovada hoje. As relações de força que marcaram o pacto constitucional mudaram bastante. Para Alfredo Saad-Filho (2016), a transição democrática brasileira mais recente foi acompanhada pela transição econômica ao neoliberalismo. Ocorre que os princípios inclusivos da Constituição Federal de 1988, os quais preveem a expansão de bens e serviços públicos, esbarram nas medidas de contenção orçamentária implementadas por governos neoliberais. Não é por acaso que as reformas mais duras exigiram boa dose de autoritarismo, com tensões entre os poderes e as unidades da federação.

2.3 A escola pública em reforma(s)

2.3.1 Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcado por diversas iniciativas neoliberais. Houve, portanto, um intenso processo de privatização de empresas estatais, como foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce, além de um grande impulso para abertura da economia com grandes importações (AGUIAR, 2019). Importante lembrar também das outras diversas reformas apresentadas no governo FHC como por exemplo a da previdência e a educacional (SILVA, 2017; DOURADO, 2019)

A Reforma do Estado, por sua vez, ocorreu durante este período e foi comandada pelo então Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, Bresser-Pereira, e impactou diretamente as relações sociais e educacionais. O intuito da Reforma era modernizar o Estado brasileiro, reduzir seu custo, superar a crise econômica e elevar o país.

De acordo com Silva (2017), o que de fato ocorreu com a Reforma Gerencialista do Estado foi um desmonte do serviço público, que reduziu investimentos em áreas que até então seria de exclusividade do Estado, como a educação e a saúde. No âmbito da educação o que ocorreu foi uma flexibilização e descentralização de currículos, transferência de responsabilidades sobre o ensino fundamental para os municípios e do ensino médio para os estados, além da avaliação interna e externa, o ranqueamento de escolas, a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), parcerias público-privadas e políticas voltadas ao magistério. Neste momento, a educação passa a ter como principal objetivo capacitar os trabalhadores para executar sua força de trabalho, com um currículo único e nacional, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC). Em 1998 foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) que destinava 15% da arrecadação global dos estados e municípios para a educação fundamental. Entretanto, é importante ressaltar que o FUNDEF modifica a forma de distribuição, mas não altera o valor destinado (SILVA, 2017; AGUIAR, 2019). Portanto, o governo FHC é marcado pelo gerencialismo, inclusive nas políticas públicas de educação, que torna o Estado apenas regulador e avaliador da educação.

Todas as reformas gerencialistas efetivadas neste governo foram de grande interesse e apresentaram grande influência de mecanismos internacionais. A educação, por exemplo, de acordo com Shiroma (2018), apresenta três principais aspectos de interesse das organizações

mundiais, sendo eles: 1) desenvolver as habilidades da força de trabalho 2) contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social e 3) obter resultados educacionais em decorrência do investimento. Dando às empresas a possibilidade de exploração da força de trabalho em todo o mundo favorecendo a acumulação de capital. Logo, entende-se que os interesses econômicos se escondem atrás de uma ideia de educação para todos.

Percebe-se então, que Shiroma (2018), em concordância com Silva (2017), considera que é a partir das Reformas do Estado que os neoliberais apontam os problemas das escolas públicas brasileiras, acusando que os problemas da educação se dão graças à má gestão dos recursos, que são considerados altos. Entretanto, é possível perceber, a partir de estudos, que boa parte dos problemas educacionais brasileiros estão relacionados ao ambiente externo, ou seja, para uma análise efetiva, é necessário analisar o cenário socioeconômico ao qual os alunos estão inseridos.

Ainda de acordo com Shiroma (2018), a análise do desempenho dos alunos é uma das formas mais utilizadas para julgar a eficiência da educação. Quando estes resultados apresentam-se insatisfatórios, o ramo empresarial começa a aplicar críticas ao modelo de gestão. Entretanto, o alvo das avaliações e das posteriores críticas são os docentes, que neste momento tornam-se responsáveis pela administração e culpados por qualquer possível fracasso. Novamente a lógica da iniciativa privada se apresenta como uma solução perfeita os problemas do setor público. Os professores, por sua vez, passam a trabalhar de forma cada vez mais precária, buscando resultados positivos e se reinventando para apoiar a produtividade econômica. O Banco Mundial propõe as mudanças que podem ser aplicadas para a melhoria da eficiência do trabalho docente, deixando cada vez mais claro que a educação privada tende a excelência, abrindo espaço para sua atuação. Além disso, é a partir das avaliações da educação que recompensas são destinadas. Logo, o professor torna-se agente principal de políticas públicas, que afetam desde sua formação até seu trabalho, perpassando toda sua carreira (SHIROMA, 2018)

2.3.2 Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011)

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva é eleito, iniciando um ciclo de treze anos dos governos PT. Esse período não representou uma ruptura completa com o modelo econômico anterior. Mas promoveu mudanças significativas. Dois pontos são particularmente importantes aqui: a incorporação dos movimentos sociais, entre os quais o sindical, nos fóruns de diálogo e deliberação, que articulavam governo e sociedade; a retomada de uma

agenda social, na qual os direitos sociais são concebidos como parte necessária do desenvolvimento econômico de um país. Ambos aspectos bem presentes na base da Constituição Federal de 1988.

Na área da educação especificamente, a universalização da educação básica foi fortemente estimulada a partir da criação, em 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB (SILVA, 2017). O FUNDEB é a principal política de financiamento da educação básica no Brasil, garantindo, inclusive, o piso salarial dos profissionais da educação. Houve, por parte do governo o anseio por expandir e universalizar todas as etapas da educação. No âmbito do ensino superior foi implementada a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos direcionados para as instituições privadas (SILVA, 2017; DOURADO, 2019). Para além da educação, programas como o “Bolsa Família” e o “Minha Casa, Minha Vida”, visavam a diminuição dos índices de desigualdade, ao mesmo tempo que previam o estímulo da economia interna.

2.3.3 Dilma Rousseff (2011-2016)

Eleita em 2011, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ocupar o cargo da presidência do Brasil. Rousseff firmou o compromisso de diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado de bens de consumo a partir da ampliação de empregos formais, a valorização do salário mínimo, o fortalecimento dos processos produtivos e a busca pela estabilidade econômica, estes últimos aspectos importados do discurso neoliberal (SILVA, 2017; DOURADO, 2019; AGUIAR, 2019). No âmbito da educação, em 2014 foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE) que tinha como postulados: a erradicação do analfabetismo, universalização da educação, superação de desigualdades educacionais, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção da sustentabilidade, promoção humanística, científica e tecnológica, estabelecimento de meta para aplicação de recursos, valorização dos profissionais da educação, difusão dos princípios de equidade, respeito à diversidade e, por fim, a gestão democrática da educação (AGUIAR, 2019). Entretanto, cabe destacar dois pontos muito criticados no PNE: o primeiro é a contabilização de 10% do PIB destinados aos gastos com educação pública e também com parcerias público-privadas, o que dificulta o cumprimento da meta de investimento; o segundo ponto refere-se à remuneração

por resultado imposta aos professores, que acaba por conduzir a educação à uma regra mercadológica, o que não é o foco da educação pública (SILVA, 2017).

O Ensino Médio, objeto deste trabalho, também foi alvo de mudanças no governo Rousseff. Assim como pontua Silva (2017), a partir da Portaria nº. 1.140 (2013) que abrange o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, tem como objetivos garantir ações que promovam a educação tecnológica básica, compreensão do significado da ciência, das letras e da arte, o processo histórico de formação da sociedade brasileira, a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania, adotar metodologias de ensino e aprendizagem que busquem estimular a iniciativa dos estudantes. O objetivo é que, o estudante, ao final do Ensino Médio tenha domínio dos princípios científicos e tecnológicos e das formas contemporâneas de linguagem. Para tanto, o currículo deverá ser organizado por áreas de conhecimento, que são linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, além disso, objetiva compreender a dimensão do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. O método de análise do currículo acompanha o que já era estabelecido pelo Exame do Ensino Médio.

Mesmo com um currículo que tem como eixo temático o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, de forma unificada, este ainda tende a seguir a lógica de produção capitalista, que dá ênfase à inserção do indivíduo no mercado de trabalho e não à uma formação integral. Em 2015, inicia-se o projeto de reforma do currículo do Ensino Médio, que tinha como objetivo deixá-lo mais atrativo aos jovens. Este novo currículo evidencia a necessidade de aprimorar as habilidades e competências, mas é importante ressaltar que este viés não é a solução para os problemas educacionais brasileiros, uma vez que preparará determinados indivíduos para trabalhos muito específico, enquanto a elite brasileira conta com uma formação integral, aumentando ainda mais as desigualdades educacionais (SILVA, 2017).

A nova proposta, contida no programa Pátria Educadora, também traz consigo a temática sobre a formação dos docentes. Oferecendo cursos de formação que orientem os professores de acordo com a “melhor forma” de apresentar a disciplina, tornando o professor apenas um transmissor de conhecimento e não mais um sujeito ativo da educação, capaz de pensar, elaborar e executar seu trabalho. Os textos propostos pelo Pátria Educadora mostram que a educação brasileira segue o viés mercadológico, reafirmando a lógica elitista e seletiva, onde o Estado cumpre papel exclusivo de fiscalizador e controlador, além de ser autoritário. Ademais, o projeto é meritocrata, exalta os ideais de privatização. O projeto foi arquivado

em 2016, mas reformulado, resultando em novos documentos que culminaram na Reforma do Ensino Médio, proposta pelo sucessor de Dilma Rousseff, Michel Temer (SILVA, 2017).

2.3.4 Michel Temer (2016-2018)

Após o processo de impeachment pelo qual passou a presidenta Dilma Rousseff, em Agosto de 2016, Michel Temer assume o cargo. Temer contou com um governo fortemente focado no ajuste fiscal, que conduziu à diversas reformas, principalmente no que tange os gastos públicos (SILVA, 2017). Prosseguindo com o projeto neoliberal iniciado por FHC, contrapondo-se às demandas sociais, instituiu diversas reformas.

Em 2016, apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que ficou popularmente conhecida como PEC dos Gastos. A PEC 241 foi aprovada na Câmara de Deputados e seguiu para votação no Senado como PEC 55. Aprovada nas duas esferas, tornou-se a Emenda Constitucional (EC) 95. Tal Emenda Constitucional prevê que os gastos públicos, exceto aqueles destinados ao pagamento da dívida pública, não devem exceder o valor aplicado no ano anterior corrigido pela inflação (ROSSI; DWECK, 2016; SILVA, 2017; AGUIAR, 2019; DOURADO, 2019). Em síntese, de acordo com Rossi e Dweck (2016), o Novo Regime Fiscal, outro nome dado a EC95, representará, no longo prazo, um real congelamento do orçamento público, diminuindo o orçamento, sem considerar o crescimento da população ou da renda. Esse congelamento, com duração de vinte anos, diminuirá drasticamente os gastos com saúde e educação, que ficarão estagnados ao nível de 2017, sem crescimento real, já que estes apenas serão reajustados de acordo com a inflação. Há, portanto, uma supressão de gastos sociais. As consequências macroeconômicas, de acordo com os autores, será de redução do crescimento econômico, enquanto no cenário social, na medida em que diminui a obrigatoriedade para com os gastos públicos com direitos sociais, torna qualquer possibilidade de melhoria da educação e saúde públicas praticamente nula, além de criar um sistema de precarização que poderá retirar sua universalidade.

Além do regime de austeridade, Temer também propôs uma Reforma da Previdência, flexibilizou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), contribuindo para a terceirização, flexibilização e precarização dos trabalhadores brasileiros (SILVA, 2017). As novas reformas significaram um recuo nunca visto, no que tange direitos sociais, que afetaram principalmente a classe trabalhadora. Na educação, a Emenda Constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, foi o principal fator, já que dificulta a realização do PNE. Além da Reforma do Ensino Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (DOURADO, 2019).

Especialmente sobre a educação, no ano de 2017, o Ministério da Educação (MEC) retirou uma das maiores bases de participação civil, o Fórum Nacional de Educação (FNE) da tomada de decisões da pasta, além de modificar o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE), alterando seus participantes, objetivando o moldar de acordo com os intuitos da nova gestão governamental (AGUIAR, 2019).

O principal interesse do governo Temer dizia respeito à Base Nacional Comum Curricular, que neste momento mostrou com nitidez seu aspecto conservador, recebendo duras críticas da comunidade acadêmica. O então ministro da educação, Mendonça Filho, retirou a participação do comitê de gestão da base curricular e implementou uma reforma do Ensino Médio. Essa Base Nacional Comum Curricular traz consigo grandes retrocessos para a educação, sendo aprovado sem ser analisado pelos principais comitês de educação, tem um teor altamente tecnocrático, conservador e censurador. Afinal, quem ganha com todo esse projeto é o mercado (SILVA, 2017).

De acordo com Aguiar (2019), a nova BNCC exclui o Ensino Médio, rompendo com o importante significado da Educação Básica. A nova base remonta a política educacional apresentados no governo FHC, que foi rompida nos governos Lula e Rousseff. O objetivo da Reforma do Ensino Médio, de acordo com Temer, é tornar esse ciclo mais atraente para os jovens e dinâmico, mas, sendo imposta sem a devida consulta às entidades especialistas da área e ao atrapalhar o andamento de todas as outras políticas, esta tornou-se uma reforma de cunho autoritário, que recebeu duras críticas e foi alvo de manifestações de professores e alunos.

De acordo com Callegari, diretor que atuava no CNE e que pediu demissão após aprovação da BNCC, essa reforma busca atender os anseios do mercado e não propriamente da sociedade. A Reforma também impõe que os professores sejam os responsáveis pela introdução do novo modelo escolar, além disso, busca mudar a maneira como os professores são formados, como previsto pela Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica, apresentada em dezembro de 2018, pelo presidente Temer, também sem consulta prévia à comunidade acadêmica. Neste momento, conclui-se o ciclo iniciado por FHC, que busca educar homens produtivos, seguindo a lógica neoliberal (SILVA, 2017; AGUIAR, 2019).

3. METODOLOGIA

Com a intenção de compreender a percepção e o posicionamento dos professores da rede pública de Varginha frente às inúmeras e recentes mudanças da educação pública no Brasil, este estudo recorreu à leitura e sistematização de fontes secundárias, bem como à realização de enquetes e entrevistas semi-estruturadas com os professores da rede da cidade. O recorte e a seleção dos procedimentos de pesquisa buscaram uma primeira aproximação com objeto, os professores, e o problema colocado, a perspectiva dos mesmos em relação à educação pública. Partiu-se aqui dos profissionais da educação alocados nas escolas estaduais da cidade, responsáveis pelo ensino médio. A bibliografia selecionada debruça-se particularmente sobre as últimas décadas. Outro aspecto importante no levantamento bibliográfico foi a concepção interdisciplinar da questão. Apesar da formação dos autores, as reformas educacionais do período não são compreendidas exclusivamente do ponto de vista pedagógico. Elas envolvem profundas transformações econômicas, políticas e administrativas. O questionário que foi enviado via e-mail e o contato com os professores foi feito diretamente, em que cada professor indicou e compartilhou-o com outros professores. O questionário foi dividido em cinco seções, sendo elas: I - Aspectos Socioeconômicos, que objetiva explorar as condições econômicas e sociais dos profissionais, considerando gênero, idade, renda, forma de contrato como professor, tempo de trabalho e nível de escolaridade. II - Aspectos do ser professor, que aborda a vivência dos profissionais da educação. A maioria das questões, portanto, abordam confortabilidade, reconhecimento, intimidação, cansaço e estresse e, também, horas de trabalho despendidas semanalmente por atividade. Nesta seção as respostas foram dadas a partir de uma escala que varia de 0 a 5, sendo que 0 representa nada e 5 representa muito, a depender dos aspectos questionados. Na seção III buscou-se coletar uma análise pessoal dos profissionais em relação à educação pública, para tanto, foram apresentadas questões de comparação e de opinião, ora determinadas por um período de tempo, ora não. A seção IV abordou questões relacionadas ao envolvimento político dos professores, se estes são ou não filiados a partidos políticos e se participam de mobilizações em prol da educação pública, ademais, os professores opinaram sobre considerações realizadas baseadas no referencial teórico, como por exemplo, necessidade da Reforma do Ensino Médio, laicidade da educação, preparação para ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho, educação como fator principal na diminuição de desigualdades sociais, entre outras. No total foram aplicadas dez questões nas quais os professores deveriam colocar

seu grau de concordância em uma escala de 0 a 5. Por fim, na seção V foi aberto um espaço em que os professores poderiam opinar livremente sobre a educação, sobre a profissão e as demais ponderações que considerassem importantes. A escala adotada nesta pesquisa foi inspirada na Escala Likert, que procura mensurar questões de opinião e psicológicas, usando níveis numéricos de concordância (DALMORO; VIEIRA, 2013). Para a compreensão dos dados coletados nas quatro primeiras seções, portanto, será utilizada a estatística descritiva, que tem como objetivo descrever os dados a partir de gráficos, tabelas e medidas descritivas (SILVESTRE, 2007). Enquanto para o estudo da quinta seção será utilizada a análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011), busca classificar palavras e expressões em uma mesma categoria que tenham sentido para a pesquisa, transformando toda a informação em elementos-chave que servirão de base para observação.

Além dos questionários aplicados, também foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com professores. Tais entrevistas contam com um caráter mais informal, com uma estrutura menos rígida, que permite que o entrevistado se expresse mais livremente (GODOY, 1995). As entrevistas, frente à um período de pandemia do Coronavírus (COVID-19), foram realizadas de forma remota, pela plataforma Google Meet, e gravadas, tendo duração média de uma hora cada. Os encontros permitem uma análise de gestos verbais e não verbais dos entrevistados, agregando aspectos dificilmente concebidos unicamente através dos questionários.

A união dos questionários com as entrevistas permitiu identificar alguns elementos da percepção dos professores acerca da educação no Brasil e no estado, perceber a visão que os professores têm sobre seu papel como educadores e valor do seu trabalho, apresentar as principais dificuldades relatadas pelos professores no exercício da profissão, detectar o perfil socioeconômico dos professores, verificar como a desvalorização da educação afeta os professores em diferentes cenários e identificar os maiores desafios postos à profissão da educação.

A cidade de Varginha-MG conta com quinze escolas fomentadas pelo estado de Minas Gerais que ofertam Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano). Para este trabalho, foram consideradas apenas as escolas que oferecem, no mínimo, os três anos do Ensino Médio, que contabilizam doze escolas. São elas: Escola Estadual Afonso Pena, Escola Estadual Brasil, Escola Estadual Coração de Jesus, Escola Estadual Deputado Domingos de Figueiredo, Escola Estadual Doutor Wladimir de Rezende Pinto, Escola Estadual Pedro de Alcântara, Escola Estadual Professor Antônio Corrêa Carvalho, Escola Estadual Professor Antônio Domingues Chaves, Escola Estadual

Professor Fábio Sales, Escola Estadual Professora Aracy Miranda, Escola Estadual Professora Selma Bastos, Escola Estadual São Sebastião (MINAS GERAIS, 2020)

Por fim, os resultados obtidos serão apresentados e discutidos no tópico que se segue.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Dentre os respondentes, 76% é do gênero feminino e 24% do gênero masculino; 64% deles têm entre 30 e 49 anos. De modo que o perfil da nossa amostra é predominantemente feminino e de segunda idade.

Com relação ao regime de trabalho, a maioria é de efetivos (56%) atuando em tempo parcial, ou seja, uma jornada de trabalho que varia de 18 à 32 horas semanais. Neste panorama, apenas dois professores (8%) lecionam em mais de uma escola, totalizando duas escolas de Ensino Médio. Sendo que, ambas respondentes são do sexo feminino, com idade entre 25 e 29 anos. Uma delas trabalha como substituta em tempo parcial e a outra como efetiva em tempo integral. Quanto ao tempo de carreira, o total de respondentes se mostraram divididos, como mostra o gráfico abaixo:

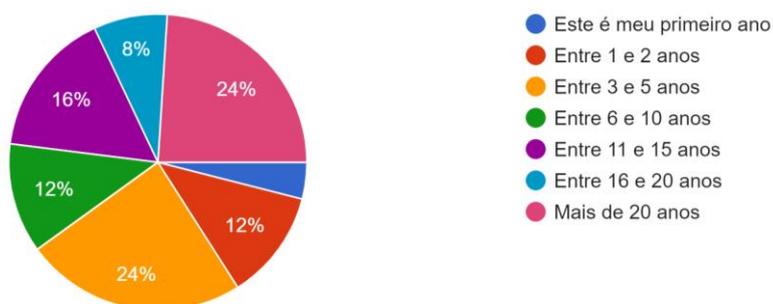


Figura 1 - Tempo de atuação como professor

Um número considerável (24%) de profissionais já contam com uma carreira consolidada de mais de 20 anos atuando como professor, 24% deles já atuam há mais de 3 anos e menos de 6 anos, enquanto apenas 4% dos respondentes afirmou ser o primeiro ano de docência. As demais divisões temporais da profissão ficaram consideravelmente divididas. Temos então um panorama de professores consideravelmente experientes, trabalhando em sua maioria em tempo parcial (totalizando 76% dos professores que trabalham menos de 18h ou entre 18 e 32 horas semanais). Com a junção desses dados com a forma de contrato de trabalho, pode-se perceber que, 42,8% dos professores efetivos

prestaram concurso anteriormente à 2003, enquanto 42,8% foram concursados entre 2003 e 2016 e apenas 14,4% são concursados após o ano de 2016.

Também foi considerado a formação profissional dos docentes. A totalidade deles possuem ensino superior - 64% concluiu uma licenciatura, 24% se formou em pedagogia ou outros cursos não diretamente ligados à atividade docente. Ademais, 12% possui mestrado. Comparando a formação profissional com o salário recebido, temos que 60% dos professores têm uma renda individual inferior a R\$2.800,00 (o equivalente a aproximadamente 2,68 vezes o salário mínimo do ano de 2020). Importante ressaltar que o Piso Salarial Profissional Nacional dos professores para o ano de 2020 de R\$2.886,24 para 40h semanais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

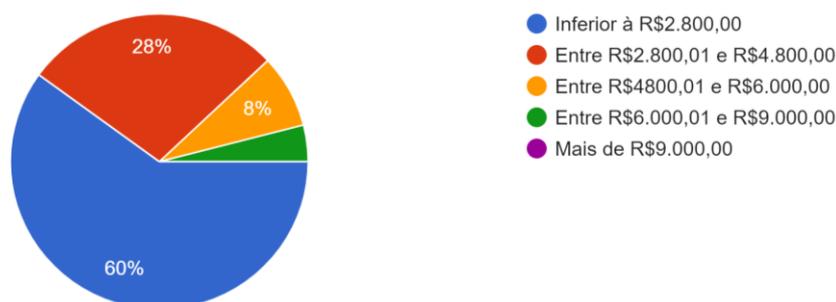


Figura 2 - Faixa salarial dos professores respondentes

Para agregar estas informações, 60% dos professores também reiteraram que o salário recebido não é suficiente para subsistência e aquisição de materiais necessários para o exercício da profissão. Essa informação foi confirmada pelos entrevistados, que afirmaram que especialmente neste momento de quarentena pelo Coronavírus (COVID-19), os professores, em geral, têm enfrentado problemas de acesso às novas tecnologias e que, inclusive, alguns professores tiveram de fazer aquisição de novos equipamentos para a continuidade das aulas de forma remota. O governo estadual de Minas Gerais, por sua vez, não deu amparo aos profissionais, que tiveram que comprar celulares, computadores e outros com recursos próprios.

Traçado o perfil dos professores, buscou-se analisar os aspectos da carreira e como os professores se identificam enquanto profissionais. Quando questionados sobre a confortabilidade ao lecionar, 100% dos professores avaliaram que se sentem confortáveis, em uma escala que pode variar de meio confortável até muito confortável. Em relação à desvalorização profissional, há um impasse entre os professores, 56% deles consideram que são meio e muito desvalorizados no ambiente profissional. Unindo-se a isso, quando

compara-se estes resultados com a seção V (aberta para considerações), percebe-se que os profissionais destacaram a desvalorização como um grande problema a ser enfrentado. Nos termos de um dos respondentes: “ser professora está sendo um desafio, pois há uma desvalorização por parte do governo, por alguns pais e alunos...”, outros docentes também destacaram que “estamos vivendo tempos de desvalorização da Educação, é muito triste perceber que a sociedade não dá devido respeito que o professor merece...”.

Os relatos dos professores evidenciam o que Silva (2017) e Shiroma (2018) haviam tratado em relação aos profissionais que atuam frente à um sistema educacional que os pune a partir de avaliações sistêmicas que desconsideram o contexto em que os alunos estão inseridos, tornando o exercício da profissão cada vez mais precário. Um dos entrevistados também apontou que graças à precarização da profissão do professor, e também da educação pública, muitos profissionais têm abandonado a carreira pública para atuarem no setor privado, lecionando em escolas particulares. Somando-se a isso, 48% dos professores também afirmaram que se sentem intimidados em seu ambiente de trabalho, seja por alunos, por pais de alunos, colegas de trabalho ou outras pessoas.

Além da desvalorização e intimidação, 68% dos respondentes se mostraram meio ou muito cansados/estressados e/ou esgotados físico ou psicologicamente em decorrência de sua profissão. Sobre a carga horária dos professores, foram levantados os seguintes dados:

- Preparação de aulas: 68% dos profissionais despendem 5h ou mais por semana;
- Atendimento individual ou em grupo de alunos fora do horário de aula: 40% afirmaram que gastam 5h ou mais e 24% gastam 3h semanais.
- Correção de atividades e provas: 44% dos professores utilizam 5h ou mais, por semana, enquanto 32% utilizam 4h.
- Lecionando: 68% despendem 5h semanais ou mais.
- Participando de reuniões de professores e/ou pais: 48% dos profissionais gastam 2 horas semanais.
- Por fim, 44% dos profissionais afirmaram utilizar 2h semanais para a participação em cursos de aprimoramento da profissão e/ou expansão do conhecimento.

Em uma análise superficial, uma vez que não foram levantadas todas as cargas horárias de todas as atividades correspondentes à profissão, é possível perceber que os profissionais trabalham mais horas do que o previsto em contrato.

Os professores também discorreram sobre a qualidade da educação pública:

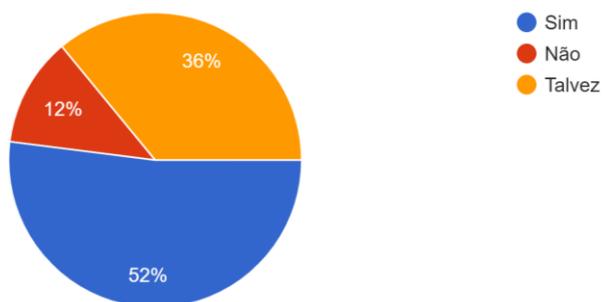


Figura 3 - Análise dos professores quanto à qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas.

Ao mesmo tempo, 56% dos professores deram nota 3, em uma escala de 0 a 5, para a qualidade da educação ofertada nas escolas públicas. Além disso, 52% não consideram que a escola privada oferta uma educação melhor. Encontra-se nesta conexão um impasse: o neoliberalismo, utilizando de discursos e ideias, tende a induzir o pensamento comum de que tudo que segue o viés mercadológico é melhor, o que tende a abrir espaço para a sua atuação (SHIROMA, 2018). Entretanto, na opinião dos professores, não é exatamente assim. Um dos entrevistados também reforçou esta afirmação, quando disse que ainda que uma instituição privada apresente uma estrutura e um aparato melhor, os professores, na maioria das vezes, são os mesmos, então não há por que essa diferenciação. O que ocorre na realidade, é que os professores da rede privada trabalham com metas, almejando o crescimento institucional, pautado no lucro, o que difere totalmente a escola pública da privada.

Buscando traçar um panorama político, mas sem evidenciar isso no questionário, os professores foram perguntados se houve uma melhora ou piora na educação nos últimos 10 anos (2010-2020), o resultado obtido foi que 40% considera que houve uma piora, 32% considera que houve uma melhora, 12% considera que a qualidade se manteve estável e 16% não souberam dizer. Para aprofundar essa questão, os profissionais foram questionados sobre qual o período entre 1990 e 2020, em que a educação apresentou o melhor desempenho.

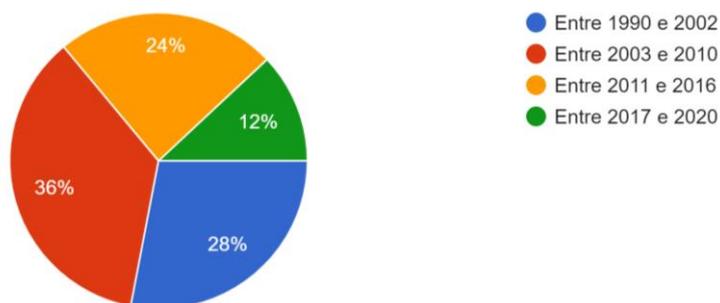


Figura 4 - Momentos de melhor desempenho da educação entre 1990 e 2020 na visão dos professores.

A análise que pode-se fazer dessas informações é que, boa parte dos professores (36%) considerou que a educação teve o melhor desempenho durante o governo federal de Luís Inácio Lula da Silva, seguido do governo de Fernando Henrique Cardoso (28%) e de Dilma Rousseff (24%). Enquanto a menor porcentagem dos professores (12%) acredita que a educação teve o melhor desempenho nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Acredita-se que esse índice tenha relação direta com as diversas reformas apresentadas nesse período (2017-2020). Um dos entrevistados, por exemplo, citou que a Reforma da Previdência ataca ainda mais os profissionais docentes, principalmente aqueles que iniciarão a carreira e que “possivelmente, nunca irão se aposentar”. Além disso, também afirmou que no período de governo estadual de Fernando Pimentel (PT) houve um pequeno avanço salarial para a classe, mas que desde 2016 os professores da rede estadual não recebem um reajuste salarial real.

Nesta quarta seção, por fim, objetivou-se analisar os aspectos políticos e sociais dos professores. Sendo assim, obteve-se que 88% dos respondentes não são filiados à nenhum partido político, enquanto apenas 8% são e 4% já foram, mas atualmente não são mais. Porém, 64% dos professores já participaram ativamente de uma greve da educação, o que leva-nos a perceber que os professores são, em sua maioria, atuantes políticos em prol da educação, mesmo não sendo filiados a partidos. Concomitantemente, 68% dos professores não são sindicalizados, ou seja, não contribuem para nenhum sindicato da classe.

Posteriormente a essa breve análise política, foram apontadas algumas afirmações nas quais os professores deveriam pontuar seu grau de concordância, são elas:

- Lutar por uma educação gratuita, de qualidade e universal é importante;
- É mais importante preparar os alunos para o mercado de trabalho do que para o ingresso no ensino superior;
- Não é obrigação da escola desenvolver senso crítico para com os alunos;

- O professor deve ter autonomia para preparar e realizar suas aulas;
- A educação é primordial para a diminuição das desigualdades sociais;
- É necessário zelar pelo respeito para com as múltiplas religiões existentes no Brasil;
- A Reforma Curricular do Ensino Médio de 2017 é importante e extremamente necessária;
- Deveria ser obrigação do poder estadual oferecer cursos para aprimoramento da formação dos professores;
- A educação é direito universal de todos e dever do Estado;
- A política neoliberal brasileira tende a sucatear a educação pública a fim de facilitar a atuação do mercado;

Estas afirmações foram baseadas nos preceitos estabelecidos pela CF88 e também a partir dos textos lidos. Em suma, mais de 80% dos professores acreditam na educação e no seu poder de transformação e de diminuição das desigualdades sociais, sendo, portanto, necessária uma constante luta para preservação e melhoria dela. Além disso, a educação deve ser universal e de obrigação do Estado. A escola, por sua vez, deve ser capaz de preparar os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para o ingresso no ensino superior, além de promover o senso crítico.

Entretanto, algumas questões mostraram um nível de divergência entre os professores. Sendo elas, a questão da Reforma do Ensino Médio de 2017 e a questão do sucateamento da educação por políticas neoliberais. Em relação à Reforma, 24% dos professores consideram que ela foi importante e necessária, em níveis que variam entre concordo e concordo totalmente. Além disso, em relação à perspectiva sobre o neoliberalismo, os professores são capazes de perceber o sucateamento da educação em diversos níveis, como relatado a seguir “A educação na escola pública aumentou muito de nível, porém, a maioria dos políticos no Brasil continuam a lutar pelo sucateamento da educação”; “O Estado precisa priorizar a educação, com mais infraestrutura para as escolas e garantir uma carreira digna aos professores da educação básica.”. Entretanto, alguns dos professores (20%) não associam ou associam pouco a desvalorização da educação com o neoliberalismo. O gráfico a seguir demonstra melhor a opinião dos mesmos quanto à afirmação “A política neoliberal brasileira tende a sucatear a educação pública a fim de facilitar a atuação do mercado”. No gráfico 0 representa Discordo Totalmente e 5 representa Concordo Totalmente:

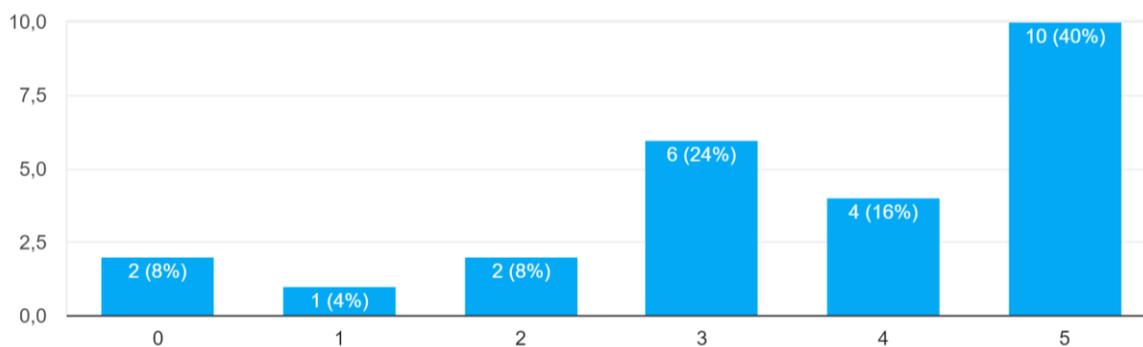


Figura 5 - Grau de concordância dos professores com a afirmativa: “A política neoliberal brasileira tende a sucatear a educação pública a fim de facilitar a atuação do mercado”

Portanto, em concordância com autores como Rossi e Dweck (2016), Silva (2017), Shiroma (2018), Dourado (2019), é possível, na percepção dos professores, atrelar a desvalorização da educação, a precarização da profissão e o baixo investimento por parte do Estado às políticas neoliberais implantadas no Brasil a partir da década de 1990.

Algumas outras dificuldades apresentadas pelos professores foram a de manter alunos interessados, uma vez que as políticas públicas de educação não são incentivos necessários para a continuidade dos estudos. Logo, o número de evasão é muito grande. Um dos entrevistados apontou, inclusive, que neste momento de pandemia, já encontrou alunos trabalhando em semáforos, vendendo doces para garantir o sustento da família. Percebe-se então, que a educação não tem sido prioridade, nem por parte do estado de Minas Gerais e nem por parte dos estudantes. Por parte do estado, foi citado a questão da burocracia imposta neste momento, que apenas tem como objetivo verificar se o professor tem cumprido com suas horas de trabalho, e pouco tem dado importância para o ensino recebido pelos estudantes, até então. De outro lado, o ensino não é prioridade para os estudantes, que muitas vezes enfrentam a dura decisão entre trabalhar e garantir a sobrevivência ou estudar, que demanda tempo que os alunos não dispõem com tanta facilidade como antes. Os professores também citaram a necessidade de união entre a escola e a família, que tem potencial de garantir um ensino efetivo. Ademais, os professores destacaram o amor por lecionar, que apesar das dificuldades, os motivam todos os dias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber, com a elaboração deste trabalho, que os professores reconhecem os déficits apresentados pela educação brasileira, e também seu constante sucateamento. Percebe-se isso analisando os salários consideravelmente baixos da categoria, sua desvalorização profissional que ocorre tanto de forma institucional pelo Estado que mostra-se incapaz de propor planos de carreiras eficientes e de incentivar novos profissionais, quanto por parte da própria sociedade que pautados, muitas das vezes pelos discursos que o senso comum apropriou do neoliberalismo, não reconhecem a importância da docência para a comunidade. Entretanto, acima de tudo, os docentes também concordam que a educação pública é de extrema importância para a superação das desigualdades sociais e portanto, deve ser ofertada pelo Estado de forma gratuita. Além disso, o Estado também deve zelar pela permanência dos estudantes nas escolas.

Acredita-se que a educação pública pode e deve ser eficiente, mas para isso, é imprescindível que o Estado seja capaz de priorizá-la, aumentar os investimentos, valorizar de forma efetiva os profissionais da educação, que vão além dos professores. É preciso acreditar que a educação gratuita, universal e de qualidade é um investimento que pode gerar resultados econômicos e sociais satisfatórios. Além disso, é importante que a sociedade também reconheça a educação como fator essencial para a mudança da realidade. Enquanto isso, seguimos na luta pela valorização da docência, como profissão essencial para o desenvolvimento de qualquer economia e sociedade.

6. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Revista Educação e Sociedade**, v. 40, p. 1-24, 2019.
- AMORIM, Elaine; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e Lutas Sociais: a emergência dos movimentos piqueteros e altermundialistas no contexto neoliberal. **Revista Mediações**, v. 14, p. 231-251, 2009.
- ARIAS, S. Altermundialismo, um balanço vinte anos depois, 2000 [no prelo]
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENEVIDES, Cláudia do Valle. **Um Estado de bem-estar social no Brasil**. Mestrado (Economia) Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2011.
- BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/12/1996. Seção 1, página 27833.
- CARNEIRO, André Pereira; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Neoliberalismo, desigualdade e democracia: discussão fundamentada nos conselhos econômicos e sociais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 74, 2018.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na Constituição de 1988. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, nº 145, p. 870-889, 2018.
- DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista gestão organizacional**, v. 6, n. 3, 2013.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Revista Educação e Sociedade**, v.40, p. 1-24, 2019
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- MICHETTI, Miqueli. A DEFINIÇÃO PRIVADA DO BEM PÚBLICO: a atuação de institutos empresariais na esfera da cultura. **Cad. CRH [online]**. 2016, vol.29, n.78, pp.513-534.
- Ministério da Educação. MEC divulga reajuste do piso salarial de professores da educação básica para 2020. **MEC**, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020>

MORAES, Reginaldo C.. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educ. Soc.* vol.23, n.80 , pp.13-24, 200

PINTO, Élide Graziane; XIMENES, Salomão Barros. Financiamento dos direitos sociais na Constituição de 1988 do “pacto assimétrico” ao “estado de sítio fiscal”. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 980-1003, 2018.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impacts of the New Fiscal Regime on health and education. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, p. 1-5, 2016.

SAAD-FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. In: **Crítica Marxista**, n.42, 2016, pp.171-178.

Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS). **Relação de estabelecimentos de ensino ativos em Minas Gerais**. 18 de Setembro de 2020. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/parceiro/lista-de-escolas>

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Revista Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 88-106, 2018.

SILVA, Rafaela Campos Duarte. **O Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais (1996-2016): nova configuração da velha dualidade**. Mestrado (Educação, Conhecimento e Inclusão Social). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2017.

SILVEIRA, Adriana A. Dragone. A busca pela efetividade do direito à educação: análise da atuação de uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do interior paulista. **Educar em Revista**, n. SPE2, p. 233-250, 2010.

SILVESTRE, António Luís. **Análise de dados e estatística descritiva**. Escolar editora, 2007.

ANEXO I

Questionário: A escola pública e o profissional da educação: a visão do professor da rede estadual de Varginha-MG.

A escola pública e o profissional da educação: a visão do professor da rede estadual de Varginha-MG

Este questionário tem como objetivo coletar dados e opiniões dos professores da rede estadual de ensino da cidade de Varginha-MG. Os resultados serão utilizados na elaboração do Trabalho de Conclusão de PIEPEX (TCP), requisito para a conclusão do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia na Universidade Federal de Alfenas.

A enquete está dividida em cinco seções: a primeira busca identificar o perfil socioeconômico do profissional, a segunda e a terceira o seu posicionamento frente ao tema da educação. A quarta aborda aspectos sociais e políticos do profissional e por fim, a quinta e última seção conta com duas perguntas abertas para que o respondente possa deixar as considerações que julgar necessárias.

Desde já, agradeço a atenção e o tempo despendidos para o preenchimento do formulário!

*Obrigatório

Aspectos socioeconômicos

Nesta seção busca-se traçar os aspectos socioeconômicos dos profissionais, considerando gênero, idade, renda individual entre outros.

1. Qual a sua identidade de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer
- Outro

2. Qual sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 25
- Entre 25 e 29 anos
- Entre 30 e 39 anos
- Entre 40 e 49 anos
- Entre 50 e 59 anos
- Mais de 60 anos

3. Qual é a sua forma de contrato como professor? *

Marcar apenas uma oval.

- Tempo Integral (35 horas semanais ou mais)
- Tempo Parcial (Entre 32h e 18h semanais)
- Tempo Parcial (Menos de 18h semanais)

4. Você foi contratado como: *

Marcar apenas uma oval.

- Professor efetivo
- Professor substituto

5. Você trabalha em mais de uma escola lecionando do 1º ao 3º Ano do Ensino Médio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. Caso você tenha respondido "Sim" para a pergunta anterior, digite aqui em quantas escolas você trabalha ao todo:

7. Há quanto tempo você trabalha como professor? *

Marcar apenas uma oval.

- Este é meu primeiro ano
- Entre 1 e 2 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Mais de 20 anos

8. Qual sua faixa salarial (considere apenas a sua renda)? *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior à R\$2.800,00
- Entre R\$2.800,01 e R\$4.800,00
- Entre R\$4800,01 e R\$6.000,00
- Entre R\$6.000,01 e R\$9.000,00
- Mais de R\$9.000,00

9. Qual seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Médio Completo
- Ensino Técnico
- Ensino Superior Completo - Licenciatura
- Ensino Superior Completo - Bacharel
- Ensino Superior Completo - Pedagogia
- Ensino Superior Completo - Outros cursos
- Mestrado
- Doutorado

Aspectos
do "ser
professor"

Nesta seção busca-se colher algumas informações acerca da vivência como profissional da educação. A maioria das questões aqui presentes adotam uma escala para a resposta, que deverá ser preenchida de acordo com as suas percepções sobre a educação, sobre a carreira e outros.

10. Você se sente confortável lecionando em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Nada confortável	<input type="radio"/>	Muito confortável					

11. Você se sente desvalorizado no seu ambiente de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Pouco desvalorizado	<input type="radio"/>	Muito desvalorizado					

12. Você sente que seu trabalho e dedicação é reconhecido pelos seus alunos e pais de alunos? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Não é reconhecido	<input type="radio"/>	É muito reconhecido					

13. Você se sente intimidado em seu trabalho? (seja por alunos, pais de alunos, colegas de trabalho, etc) *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Nada intimidado	<input type="radio"/>	Muito intimidado					

14. Você se sente muito cansado/estressado e/ou esgotado física e psicologicamente em decorrência de sua profissão? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Nada cansado/esgotado	<input type="radio"/>	Muito cansado/esgotado					

15. Você considera seu salário como professor suficiente para subsistência e aquisição de materiais necessários para o exercício da profissão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

16. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Preparação de aulas *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

17. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Atendimento individual ou em grupo de alunos fora do horário de aula *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

18. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Correção de atividades e provas *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

19. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Lecionando *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

20. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Participando de reuniões de professores e/ou de pais *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

21. Qual a carga horária semanal (em horas), em média, que você dedica à realização destas atividades: Cursos para aprimoramento da profissão e/ou expansão do conhecimento *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	
<input type="radio"/>	considere 5 ou mais				

Análise pessoal sobre a qualidade da educação pública

Nesta seção traça-se uma linha do tempo para que você possa qualificar a educação ao longo dos anos.

22. Você considera a escola pública uma escola de qualidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

23. Qual o nível de qualidade da educação ofertada pelas escolas públicas? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Péssima qualidade	<input type="radio"/>	Ótima qualidade					

24. Você considera a escola privada melhor que a escola pública? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

25. Você considera que houve uma melhora ou uma piora na educação pública nos últimos 10 anos? (2010-2020) *

Marcar apenas uma oval.

- Houve uma melhora
- Houve uma piora
- A qualidade se manteve estável
- Não sei dizer

26. Em quais momentos da história recente do Brasil você considera que a educação teve o melhor desempenho? *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 1990 e 2002
- Entre 2003 e 2010
- Entre 2011 e 2016
- Entre 2017 e 2020

Aspectos sociais e políticos

Aqui, busca-se investigar sua participação em movimentos sociais e atuação política pessoal.

27. Você é filiado à algum partido político? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Já fui, mas atualmente não sou mais

28. Já participou ativamente de alguma greve da educação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29. Você é sindicalizado (contribui para algum sindicato de professores e/ou trabalhadores da educação de Varginha ou região)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30. 1/10 - De 0 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: Lutar por uma educação gratuita, de qualidade e universal é importante *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

31. 2/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: É mais importante preparar os alunos para o mercado de trabalho do que para o ingresso no ensino superior *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

32. 3/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: Não é obrigação da escola desenvolver senso crítico para com os alunos *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

33. 4/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: O professor deve ter autonomia para preparar e realizar suas aulas *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

34. 5/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: A educação é primordial para a diminuição das desigualdades sociais *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

35. 6/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: O Estado é laico, assim como a educação também deve ser. É necessário zelar pelo respeito para com as múltiplas religiões existentes no Brasil. *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

36. 7/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: A Reforma Curricular do Ensino Médio de 2017 é importante e extremamente necessária *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

37. 8/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: Deveria ser obrigação do poder estadual oferecer cursos para aprimoramento da formação dos professores *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

38. 9/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: A educação é direito universal de todos e dever do Estado *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

39. 10/10 - Qual seu nível de concordância com as afirmações a seguir: A política neoliberal brasileira tende a sucatear a educação pública a fim de facilitar a atuação do mercado *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente					

Considerações
finais

Este é um espaço aberto onde você pode colocar informações que a pesquisa não se aprofundou o suficiente. Além disso, discorra sobre as demais considerações que julgar importante.

40. Deixe aqui considerações relevantes sobre ser professor da rede estadual de ensino de Minas Gerais, sobre educação, direitos sociais e outros

41. Deixe aqui as demais considerações

Obrigada! Sua participação foi muito importante! :)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

